

Despejo não terá urgência

O líder do PMDB e do Governo no Senado, Alfredo Campos, anunciou ontem que não vai pedir urgência-urgentíssima para o projeto do Governo que suspende até março as ações de despejo de inquilinos, por achar que a proposição merece ser examinada com mais vagar e cautela pelos senadores. Campos disse pessoalmente ao ministro da Justiça Paulo Brossard, que tem dúvidas quanto ao acerto desse projeto de lei, já aprovado na Câmara.

O líder governista não acredita que venha a ter número, ainda hoje, para votar as várias proposições que estão vindo da Câmara dos Deputados. Espera votar matérias não polêmicas, como o projeto que autoriza viagens do presidente da República até o fim do ano, mas, para isso, precisa convencer o senador Fábio Lucena a desistir de sua obstrução. Alfredo Campos acha que terá amanhã os 35 senadores de que precisa para votar as proposições.

Entre as matérias aprovadas pela Câmara e que aguardam, agora, deliberação do Senado estão a que restabelece a prerrogativa do Tribunal de Contas da União no exame das contas dos municípios, a que suspende até março de 87 as ações de despejo, a

que concede 30 por cento de subsídio ao leite, a que trata de incentivos para a cultura, a que regulamenta o pagamento de royalties a estados onde a Petrobrás explora o petróleo, a que isenta de Imposto de Produtos Industrializados os táxis a álcool.

O projeto que proíbe a demissão imotivada não vai ter regime de urgência no Senado, embora apresentado pelo líder do Governo, na Câmara, Pimenta da Veiga, e pelos demais líderes da bancadas. Alfredo Campos acha que se trata de matéria polêmica, em torno da qual existem posições divergentes, havendo necessidade de um exame mais acurado.

— Proposição controvérida, como esta, não pode se votar a toque de caixa — disse o líder do Governo. Terá que seguir o caminho normal das comissões técnicas.

O autor do projeto que proíbe as demissões imotivadas, líder do governo na Câmara, Pimenta da Veiga, considerou normal que ele não tenha o privilégio de receber urgência para sua tramitação também no Senado. Pimenta admitiu que o Senado precisa discutir bem a matéria, como fez a Câmara, onde o projeto foi submetido a cada uma das comissões.